



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SEP/ASPRE-ADM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OBSERVATÓRIO PRÓ-EQUIDADE DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, INSTITUÍDO PELO ATO NORMATIVO STM Nº 847 DE 15/05/2025.

A Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, no uso de suas atribuições, **CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA** com o objetivo de colher contribuições de instituições públicas e privadas e da sociedade civil que possam aprimorar e aperfeiçoar práticas equitativas no âmbito da Justiça Militar da União.

1. OBJETIVO

A realização da 1ª Audiência Pública do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União se apresenta como uma oportunidade para debater e colher informações, dados e indicações que permitam e incentivem a valoração de práticas em prol de uma Política de Equidade e tem como objetivo subsidiar a política interna contratual da JMU, mediante contribuição pública, de forma colaborativa, permitindo-se uma gestão democrática, estratégica e integrada com a sociedade, bem como a ampliação da participação de grupos vulneráveis no âmbito público, em especial na Justiça Militar da União.

2. OBJETO

Este Edital de Convocação estabelece diretrizes e procedimentos para a realização de audiência pública destinada à oitiva da sociedade civil, de especialistas e de instituições públicas e privadas.

Os interessados deverão se manifestar, prioritariamente, sobre os seguintes temas:

- a) Critérios equitativos à política de inclusão nos certames públicos, nos editais para aquisição de produtos, serviços, obras outras contratações;
- b) a equidade como valor a ser buscado em todos os atos da Administração Pública;
- c) a importância de uma política de inclusão de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis;
- d) benefícios decorrentes da gestão participativo-democrática;
- e) parâmetros à comprovação dos critérios estabelecidos para o objetivo legal da equidade nas ações e contratações públicas; e
- f) projeção informativa e o alcance à conscientização pública.

3. REALIZAÇÃO

A primeira audiência pública do Observatório será realizada no dia **18 de agosto de 2025**, das **14h às 18h**, no **Auditório do Superior Tribunal Militar**.

4. DA INSCRIÇÃO

Os órgãos, entidades e pessoas interessadas em participar da audiência pública deverão **requerer a sua inscrição até o dia 10 de julho de 2025**, por meio do endereço eletrônico observatorioproequidade@stm.jus.br, com a indicação dos respectivos representantes (nome, e-mail e telefone), qualificação do órgão, entidade ou especialidade, acompanhada de informes, se for o caso, bem como dos pontos que pretendem abordar.

A inscrição será deferida pelos critérios de representatividade, especialização técnica e garantia de pluralidade de opiniões, devendo ser levado em conta, para tanto, o aspecto regional.

A relação de inscrições habilitadas a participar da audiência pública estará disponível no portal do Superior Tribunal Militar, **a partir de 20 de julho de 2025**, oportunidade em que será também divulgada toda a programação da audiência.

Serão convidadas autoridades federais, estaduais e/ou municipais que integram o sistema de justiça, bem como entidades e/ou pessoas que possuam representatividade e atuação na temática.

5. DA MANIFESTAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O tempo para apresentação das considerações será divulgado após o encerramento das inscrições e poderá variar de 03 (três) a 10 (dez) minutos, conforme o número de participantes habilitados às oitivas em plenário.

A participação será preferencialmente presencial, sendo permitida a solicitação de participação por videoconferência no ato de inscrição ou por e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br, até o dia 15 de julho.

Considerando as limitações de tempo e de número de participantes, os(as) inscritos(as), inclusive os que não integrem a programação oficial poderão apresentar contribuições por escrito até **14 de agosto**, encaminhando-as para o e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br, as quais serão avaliadas pelo Grupo de Trabalho do Comitê Executivo do Observatório Pró-Equidade.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A audiência pública será transmitida pelo canal do YouTube do Superior Tribunal Militar e todas as informações serão gravadas, de maneira que os participantes, pelo presente, se fazem cientes da transmissão e do registro de suas manifestações.

A solicitação da inscrição à participação na audiência pública resulta na autorização do uso da imagem e dos conteúdos descritos para fins formativos e informativos, bem como para os fins de documentação oficial, registros e publicações que se fizerem necessárias.

Dúvidas, solicitações ou informações adicionais sobre a audiência pública poderão ser encaminhadas para a comissão organizadora por meio do e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br e deverão ser respondidas até 10 dias o encaminhamento/recebimento da solicitação.

Brasília, 17 de junho de 2025.

MARIA ELIZABETH ROCHA
Ministra-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 17/06/2025, às 15:17 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4393798** e o código CRC **CBB36A57**.

4393798v5